

FORUM

**das
seis**STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP, DCE das FATECs e Representação estudantil da Unesp

Data-base 2019 já está na ordem do dia!

Luta terá três eixos centrais: Não ao arrocho, defesa das universidades, contra a retirada de direitos na Reforma da Previdência

A conjuntura atual exige dos trabalhadores e estudantes reação firme e organizada, como única forma de impedir retrocessos sociais gravíssimos. Esta foi a conclusão central da reunião que o Fórum das Seis promoveu em 19/2, que teve na pauta, entre outros tópicos, o início da mobilização para a data-base 2019 e as reformas em curso, como a previdenciária e o aprofundamento da trabalhista.



A reunião do F6, em 19/2

Neste quadro, será preciso travar as lutas relacionadas à data-base – contra o desmonte das universidades, contra o arrocho salarial e em defesa da isonomia e por melhores condições de trabalho e estudo – em sintonia com a resistência aos pesados golpes que sopram de Brasília.

O recém-empossado governo Bolsonaro já disse a que veio e, em ritmo acelerado, quer aprovar as reformas que seu antecessor não deu conta de fazer, há tempos pleiteadas pelos empresários, banqueiros e cia. As reformas em curso configuram um gigantesco ataque aos direitos duramente conquistados pelo conjunto dos trabalhadores e consagrados na Constituição de 1988. O governador Doria, por sua vez, não esconde a concepção privatista que defende para as universidades públicas, inclusive com a possibilidade de cobrança de mensalidades.

De sua parte, os reitores insistem na política de descarregar o ônus da crise de financiamento sobre a comunidade universitária, aprofundando o arrocho salarial, impondo o congelamento das contratações, planos de demissão voluntária (como os já realizados na USP), ameaças de fechamento de vagas públicas (como na Unesp), entre outras medidas que apontam para o desmonte nas universidades.

Calendário inicial e jornal especial do Fórum

A reunião do Fórum aprovou um calendário inicial de mobilização, com uma primeira rodada de assembleias de base, de 12 a 26 de março. Até 12/3, chegará aos *campi* um jornal especial do Fórum, com estudos sobre perdas salariais, propostas de eixos e reivindicações para a pauta.

No dia 27/3, as entidades que compõem o Fórum voltarão a se reunir para avaliar as sugestões que vierem da primeira rodada de assembleias, avançar na formatação



da Pauta Unificada e definir os próximos passos da mobilização.

ICMS cresceu 6,5% em 2018

A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) teve crescimento nominal de 6,5% em 2018, se comparada a 2017. Descontando a inflação medida pelo IPC-Fipe em 2018 (índice usado pelo Cruesp), temos um crescimento real de 3,40%.

O ano fechou com um ICMS total de R\$ 100,563 bilhões. A previsão inicial feita pela Secretaria de Estado da Fazenda era de R\$ 99,6 bilhões.

Quando concedeu o reajuste de 1,5% em maio/2018, o Cruesp baseou-se na previsão rebaixada de ICMS. Nos meses que antecederam a data-base de 2018, o Fórum das Seis afirmou que a arrecadação superaria a expectativa, mas os reitores não arredaram pé de suas previsões “pessimistas”, pois o objetivo era justificar o arrocho.

Comprometimento com salários é o mais baixo em 7 anos

A política de arrocho salarial nas universidades estaduais paulistas é evidente quando olhamos alguns números. O comprometimento com folha de pagamento bruta é o menor desde 2012. Naquele ano, a média das três universidades foi de 92,39%. Em 2018, esse percentual ficou em 90,02%. Acompanhe o ano a ano no quadro:

Comprometimento com folha Média nas três universidades (%)	
2012	92,39
2013	95,44
2014	101,62
2015	99,36
2016	103,19
2017	96,86
2018	90,02
Jan 2019	85,74

Fonte: Planilhas Cruesp

O 13º na Unesp e o caminho da luta

As mobilizações convocadas pelo Fórum das Seis – com a realização de três atos durante reuniões do Conselho Universitário da Unesp, o último deles em 14/2/2019 – têm sido importantes para pressionar a reitoria da Universidade a avançar na questão do não pagamento do 13º salário aos servidores estatutários da Unesp, embora ainda não tenha sido contemplada a reivindicação de pagamento integral e imediato.

Foi graças a estas manifestações e, também, à mobilização impulsionada pela Adunesp e pelo Sintunesp nos *campi*, inclusive com paralisações pontuais e greve, que o Conselho Universitário aprovou uma proposta de quitação do 13º salário em 2 parcelas – fevereiro e maio – e não em



quatro vezes, como pretendia o reitor da Unesp. E também foi graças à pressão da comunidade que a reitoria se dispôs a reabrir as negociações com as entidades.

A batalha pelo 13º salário ainda está em andamento na Unesp e a quitação da primeira parcela de 50% em 25/2 não dá conta de solucionar o problema. A reivindicação é de imediato pagamento da totalidade do 13º salário e pela divulgação dos termos do compromisso assumido pela Universidade com o governo do estado, que concordou em antecipar uma parte dos recursos que virão para a Unesp em 2019 (R\$ 130 milhões), em troca da implantação das reformas acadêmica e administrativa, num claro desrespeito à autonomia universidade, e certamente com a anuência do reitor.

Previdência: Esta reforma pode arruinar seu futuro!

Atividade em 20/2 foi marco na construção da mobilização nacional em defesa da aposentadoria



Atividade na Praça da Sé, em 20/2

De forma unificada, as centrais sindicais realizaram 20/2 uma assembleia nacional de luta contra a Reforma da Previdência. A atividade aconteceu na Praça da Sé, em São Paulo, com caravanas de várias partes do país, e foi o pontapé inicial nas mobilizações contra a reforma da Previdência encaminhada pelo governo Bolsonaro ao Congresso Nacional, tendo como perspectiva a construção de uma greve geral no país. As entidades que compõem o Fórum das Seis estiveram presentes.

As propostas enviadas ao Congresso

A frase dita pelo ministro da Economia Paulo Guedes, ao enviar ao Congresso Nacional a proposta de Reforma da Previdência – “Demos o primeiro tiro” – é reveladora. Se analisarmos as medidas propostas, fica claro a quem se destina o primeiro e os próximos tiros: à população trabalhadora. Longe de combater “privilégios”, o texto se ancora na retirada de direitos, no aumento das desigualdades e na restrição de acesso à aposentadoria. O texto unifica as aposentadorias pelo INSS com a dos regimes próprios dos servidores públicos. Chama a atenção o “esquecimento” em relação à aposentadoria dos militares das Forças Armadas.

A seguir, veja um resumo das principais medidas:



Idade mínima e tempo de contribuição

Para se aposentar, será preciso ter 65 anos (homem) e 62 (mulher). Num país em que os mais pobres começam a trabalhar mais cedo, a idade mínima neste patamar significa uma grande injustiça. Um jovem que inicia aos 16 anos terá que contribuir por quase 50 anos para se aposentar. O próprio INSS tem estudos em que mostra que, em média, o trabalhador consegue comprovar entre sete a oito meses de contribuição por ano. Se levarmos em conta a expectativa de vida nas regiões mais pobres do país, veremos que uma boa parte dos trabalhadores não chegará à aposentadoria.

O tempo de contribuição mínimo passa a ser de 20 anos, mas o direito ao benefício integral só virá após 40 anos de contribuição. O fim da regra que previa o cálculo do benefício a partir de 80% do tempo em que o trabalhador teve a maior remuneração levará, com certeza, a um forte arrocho nas futuras aposentadorias. Com 20 anos de contribuição (o mínimo para os trabalhadores privados do regime geral), o benefício será de 60%, subindo 2 pontos percentuais para cada ano a mais de contribuição.

Para os trabalhadores rurais, a idade mínima de aposentadoria proposta é de 60 anos, para homens e mulheres. A contribuição mínima será de 20 anos.

É especialmente perversa a alteração do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que hoje garante um salário mínimo ao idoso de baixa renda a partir dos 65 anos. Pela proposta do governo, a idade mínima para recebimento passa a ser 70 anos. Antes disso, receberá apenas R\$ 400,00.

Servidores públicos

Eles terão a idade mínima de aposentadoria igual à dos trabalhadores do setor privado: 62 para mulheres (30 anos de contribuição) e 65 para homens (35 anos de contribuição). O valor do benefício será calculado da mesma forma do regime geral (descrito acima). Para os servidores contratados no regime próprio, será preciso ainda ter 20 anos no serviço público e cinco no cargo.

No caso de professores (do ensino infantil ao médio), a idade mínima será de 60 anos. Porém, o tempo de contribuição mínimo será de 25 anos, com 10 anos no serviço público e 5 no cargo.

Para servidores que ingressaram até 31/12/2003, será mantida a integralidade da aposentadoria aos que se aposentarem aos 65 anos (homens) ou 62 (mulheres).

Para os que ingressaram após 2003, o critério para o cálculo do benefício é igual ao do INSS.

Transição para servidores (Regime próprio)

Para os servidores públicos em regime próprio, a transição entra em uma pontuação que soma o tempo de contribuição mais uma idade mínima, começando em 86 pontos para as mulheres e 96 pontos para os homens.

A transição prevê um aumento de 1 ponto a cada ano, tendo duração de 14 anos para as mulheres e de 9 anos para os homens. O período de

transição termina quando a pontuação alcançar 100 pontos para as mulheres, em 2033, e a 105 pontos para os homens, em 2028, permanecendo neste patamar.

A idade mínima começa em 61 anos (homens) e 56 (mulheres). Ao fim da transição, a idade mínima também alcançará 62 anos para mulheres e 65 para os homens.

Mudança na alíquota de contribuição

A proposta da nova Previdência prevê uma mudança na alíquota paga pelo trabalhador. Os que recebem um salário maior vão contribuir com mais. O texto apresentado determina que, promulgada a mudança na Previdência, os servidores de todos os poderes dos estados, do Distrito Federal e dos municípios passarão a pagar, provisoriamente, uma alíquota previdenciária de 14%. Os entes federados terão até 180 dias para elaborar uma tabela escalonada, caso contrário a alíquota será mantida em 14%.

Pensão por morte

Pela proposta, o valor da pensão por morte ficará menor. Tanto para trabalhadores do setor privado quanto para o serviço público, o benefício será de 60% do valor mais 10% por dependente adicional, até o limite de 100% para cinco ou mais dependentes.

Criação do sistema de capitalização

A proposta de regime de capitalização (cada trabalhador contribui para o sistema privado para ter sua aposentadoria no futuro) ainda não foi enviada ao Congresso pelo governo. Segundo o ministro Paulo Guedes, valerá para os novos trabalhadores e será alternativo ao atual.

Previdência X dívida pública

O governo tenta transformar a Previdência na grande vilã das contas públicas. No entanto, os gastos com a Previdência representam 24% da receita oriunda dos impostos que pagamos, algo bem razoável para um país com a dimensão do nosso. Enquanto isso, o serviço da dívida pública – os juros e amortizações, que correspondem a cerca de 40% do total de impostos federais arrecadados – é distribuído para os bancos, grandes redes comerciais, industriais e do agronegócio.

Segundo tese de doutorado da professora Denise Gentil (UFRJ), para se ter uma ideia do volume de recursos envolvidos, em 2015 foram gastos **R\$**

501 bilhões (8,5% do PIB) com o pagamento de juros da dívida pública, o que foi destinado a cerca de **75 mil pessoas**. Neste mesmo ano, a Previdência gastou **R\$ 430 bilhões** e beneficiou diretamente mais de 27 milhões de pessoas! Se considerarmos os familiares, teremos um total de, pelo menos, 40 milhões de pessoas beneficiadas.

**PRECISAMOS APROVAR
A REFORMA DA
PREVIDÊNCIA PARA
COBRIR OS ROMBOS...**

